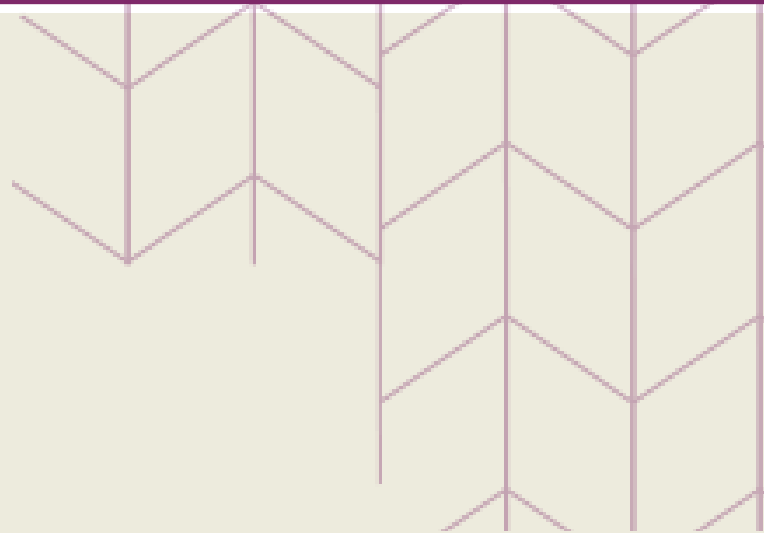




POSICIONAMENTO LUPPA PARA A REFORMA DO SISAN

realização



correalização



Nossas ações contribuem para o fortalecimento dos **ODS**



POSICIONAMENTO LUPPA PARA A REFORMA DO SISAN

O Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares (LUPPA) é um programa contínuo de aprendizagem que apoia cidades na promoção de políticas alimentares com uma abordagem sistêmica, intersetorial, coerente e participativa.

No LUPPA, representantes de quase 50 municípios brasileiros trabalham juntos para construir uma agenda integrada de sistemas alimentares em suas cidades, cobrindo temas que vão desde o combate à fome e à insegurança alimentar até a adaptação e mitigação das mudanças climáticas, passando por geração de renda, garantia de direitos, educação alimentar e desenvolvimento regional. Este trabalho foi reconhecido nos relatórios: State of Food Insecurity in the World (SOFI, 2023) das Nações Unidas como exemplo de inovação em segurança alimentar e nutricional, e também no High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition (HLPE - FSN, 2024) como exemplo de rede de cidades que fortalece os sistemas alimentares urbanos e periurbanos.

Em sua terceira edição, o LUPPA reúne 43 cidades de 18 estados brasileiros, impactando mais de 14 milhões de habitantes, e conta com o apoio e parceria de cinco cidades mentoras. O LUPPA é uma iniciativa que busca fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e apoiar a formulação de políticas públicas alimentares municipais por meio de uma abordagem colaborativa e sistêmica.

Frente à oportunidade de reformulação do funcionamento do SISAN, o LUPPA vem apresentar posicionamento em defesa de um sistema mais robusto, efetivo e eficaz, que garanta a segurança alimentar e nutricional de forma universal, com mecanismos claros de governança, financiamento obrigatório e participação ativa de todos os entes federativos.

A reformulação do SISAN é vista como um passo necessário para responder aos desafios contemporâneos de insegurança alimentar e nutricional, promover justiça social e equidade, consolidar o papel dos governos municipais no combate à fome e na promoção de sistemas alimentares sustentáveis, e garantir resiliência às alternâncias de governo.

Nesse sentido, encaminhamos as recomendações das cidades LUPPA à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional:

1) **Normatização e uniformidade do Sistema**

A criação de uma Norma Operacional Básica específica para o SISAN, assim como a tipificação de suas ofertas, é fundamental para consolidar um conjunto de diretrizes e regulamentações que ampare a atuação dos entes federativos e estabeleça parâmetros de organização e execução dos serviços e programas de segurança alimentar e nutricional. Esse processo, inspirado em políticas públicas bem-sucedidas como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), orienta-se pela tipificação e normatização clara das competências e serviços que compõem o sistema.

Para fortalecer a participação de municípios de diferentes capacidades e realidades no SISAN, sugerimos a indicação de níveis de gestão para oferta de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) considerando algumas diretrizes, como o porte do município.

Além disso, sugerimos a fixação das atribuições de competências conforme ente federativo, levando em consideração algumas vocações, como:

POSICIONAMENTO LUPPA PARA A REFORMA DO SISAN

Nível federal - cabe ao governo federal definir as diretrizes nacionais de segurança alimentar e nutricional, baseando-se em um diagnóstico macro das necessidades alimentares e nutricionais da população brasileira. Esta esfera também deve atuar na captação e distribuição de recursos, priorizando regiões e populações mais vulneráveis, e em paralelo, exercer o papel de articulador com instâncias internacionais e de monitoramento de diretrizes globais, garantindo que as políticas nacionais estejam alinhadas a compromissos globais de SAN.

Nível estadual - sugerimos que haja a adaptação das diretrizes nacionais às realidades regionais, que frequentemente apresentam grande diversidade em termos de produção, consumo e acesso a alimentos. Essa adaptação envolve a criação de políticas de apoio ao escoamento da produção local, ao fortalecimento de circuitos intermunicipais de comercialização e ao combate à insegurança alimentar específica de cada região. Além disso, é necessário a criação de núcleos regionais de apoio técnico e capacitação para ajudar estados e municípios mais vulneráveis a superar desafios de infraestrutura e integração intersetorial.

Nível municipal - Como nível mais próximo da população, os municípios têm a função de promover a implementação das políticas de SAN e o acesso da população às ações e programas, incluindo a oferta de programas de alimentação para populações em situação de rua e vulnerabilidade social e apoio a unidades de produção familiares e comunitárias, e empreendimentos familiares de produção de alimentos. Os municípios são os principais responsáveis por envolver a sociedade civil local, gerando uma aproximação entre as políticas públicas e a comunidade, além de realizar o monitora-

mento e coleta de dados primários sobre o estado de SAN em suas localidades.

A criação de uma tipificação das ofertas do SISAN, com a categorização detalhada dos serviços, competências e obrigações de cada ente federativo, permitirá uma gestão mais transparente e eficaz.

Inspirada nas categorias de atendimento do SUS e SUAS, essa estrutura deve incluir campos específicos de atuação dentro do SISAN, como:

- Produção e abastecimento de alimentos;
- Educação alimentar e nutricional;
- Garantia de acesso e consumo seguro e saudável;
- Monitoramento da segurança alimentar e nutricional;
- Promoção da soberania alimentar; e
- Geração de trabalho e renda familiar.

Essa categorização, acompanhada pela definição clara de indicadores e metas, apoiará os municípios na identificação das ações prioritárias e no cumprimento das obrigações que garantem o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

A implementação da Vigilância de Segurança Alimentar e Nutricional (VIGISAN) no SISAN é um ponto importante para garantir o acompanhamento das ações e resultados. O LUPPA defende que a VIGISAN seja integrada à Norma Básica do SISAN como uma política de monitoramento multissetorial, com dados provenientes de diversos setores que permitam uma análise abrangente das condições de segurança alimentar e nutricional no país. Indicadores sobre o estado nutricional, consumo alimentar e acesso a alimentos devem ser reunidos e disponibilizados, permitindo que gestores locais utilizem essas informações para embasar decisões e que a sociedade civil acompanhe a execução do sistema.

POSICIONAMENTO LUPPA PARA A REFORMA DO SISAN

2) Criação de Governança, com instâncias de pactuação da política de SAN.

A governança do sistema é um pressuposto muito importante para garantir a institucionalidade, resguardar o seu caráter democrático e mediar as correlações de forças em um sistema público. Por isso, sugerimos a criação de Instância Tripartite do SISAN, a Comissão Intergestores Tripartite (CIT-SISAN), que reuniria representantes das três esferas: União, Estados e Municípios, com o objetivo de definir diretrizes e coordenar a execução das políticas nacionais de segurança alimentar e nutricional. Já as Instâncias Bipartites do SISAN, as Comissões Intergestores Bipartite (CIB-SISAN), focariam na articulação entre Estados e Municípios para coordenar a implementação das políticas no nível local.

A criação das instâncias de pactuação são fundamentais para aprimorar a gestão federativa da segurança alimentar e garantir a distribuição clara e equilibrada de poder e responsabilidades entre os níveis federal, estadual e municipal. Este modelo, inspirado nas instâncias de pactuação do SUS e SUAS, estabelece uma governança horizontal e coordenada, que fortalece a integração das ações e o compartilhamento de responsabilidades de forma colaborativa.

Inspirando-se nos modelos do SUS e SUAS, a proposta das instâncias bipartite e tripartite para o SISAN visa a criação de espaços de diálogo e pactuação onde os três níveis de governo possam alinhar suas ações, estabelecendo metas compartilhadas e discutindo ajustes necessários para políticas adaptativas e responsivas.

Diferente de modelos centralizados, essas instâncias possibilitam que cada nível de governo, especialmente os municípios, possua a autonomia para adaptar políticas e testar soluções inovadoras para os desafios

de segurança alimentar. Isso promove uma gestão mais democrática e inclusiva do SISAN, reforçando o princípio de que a segurança alimentar e nutricional é uma responsabilidade compartilhada e que deve envolver todas as esferas de governo, e apoia a melhor pactuação federativa.

3) Co-Financiamento

O LUPPA defende que o co-financiamento do sistema é indispensável para induzir a implementação do SISAN em todo o território nacional, acontecendo por meio de transferências automáticas, com repasse fundo a fundo. Isso pressupõe a existência de Conselhos, Planos e Fundos de Segurança Alimentar e Nutricional em todas as instâncias e esferas administrativas - União, Estados e Municípios. Ou seja, o cofinanciamento da União será o grande indutor da implantação do SISAN, influenciando Estados e Municípios a também co-financiarem o Sistema.

A base do modelo deste financiamento pode seguir práticas de sucesso de programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o financiamento do SUS e o financiamento do SUAS. Esse mecanismo permitirá a alocação de recursos diretamente para os fundos de segurança alimentar e nutricional, em contas específicas de Estados, Distrito Federal e Municípios, sem a necessidade de convênios ou contratos complexos, simplificando a implementação e facilitando o monitoramento e a prestação de contas.

POSICIONAMENTO LUPPA PARA A REFORMA DO SISAN

O cofinanciamento, ao simplificar processos burocráticos e apoiar a execução de políticas nos territórios, garante maior agilidade na execução das políticas e permite o monitoramento direto pelo governo federal. Com o uso de contas monitoradas em tempo real, o mecanismo oferece maior transparência e eficiência, possibilitando análises informatizadas e automáticas da prestação de contas e permitindo que o controle social seja exercido de maneira contínua e eficaz, com o apoio dos Conselhos de SAN.

O LUPPA sugere a adoção de modelos complementares de financiamento, como a readequação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e o financiamento “Fundo a Fundo” - esse modelo de cofinanciamento deveria priorizar as regiões mais vulneráveis, com base nos baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), para garantir um suporte mais robusto para essas áreas.

Além disso, o LUPPA defende a necessidade de que os Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de SAN tenham papel consultivo no acompanhamento do uso dos recursos, promovendo uma governança descentralizada e fortalecendo o controle social. A flexibilidade na alocação dos recursos entre diferentes Secretarias municipais permitirá uma gestão mais contextualizada e próxima das necessidades locais, promovendo o uso eficiente dos recursos de acordo com as realidades de cada território.

4) Manutenção das importantes conquistas do SISAN: Participação Social e Planos de SAN

Sem prejuízo das sugestões de aprimoramentos do SISAN, o LUPPA reitera a importância de se assegurar as conquistas bem-sucedidas do Sistema, como a participa-

ção e controle social e a necessidade de planejamento por meio de Planos de SAN.

O LUPPA destaca a importância de que os dispositivos legais que garantem a criação dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional e a realização das Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional, como meio de controle social e participação, sejam explicitamente incorporados nas normativas relacionadas ao sistema, como a Norma Operacional Básica (NOB) do SISAN, para assegurar sua aplicação efetiva e coerente. Ao serem reforçados nas normativas, os conselhos consolidam o caráter democrático do SISAN, garantindo a representação ativa da sociedade civil na definição das diretrizes e estratégias das políticas de SAN nos territórios. Além disso, é necessário fortalecer os conselhos locais nas regiões mais vulneráveis e garantir os meios para que a sociedade civil alcance uma representação ativa nos processos decisórios e de monitoramento.

Os conselhos devem ser reconhecidos como instâncias deliberativas, com capacidade para participar ativamente das discussões sobre o orçamento e a gestão dos Fundos de Segurança Alimentar e Nutricional. Ao participar do processo de decisão sobre a alocação de recursos e a execução das políticas públicas, os conselhos garantem maior transparência e corresponsabilidade. Essa estrutura deliberativa assegura que as ações do sistema atendam de forma mais eficaz às necessidades reais das comunidades, promovendo uma gestão participativa, transparente e fortalecendo as políticas de segurança alimentar e nutricional em todo o país.

O LUPPA reforça a necessidade de que o planejamento por meio dos Planos de SAN esteja alinhado às normativas do Sistema,

POSICIONAMENTO LUPPA PARA A REFORMA DO SISAN

especialmente na Norma Operacional Básica (NOB), para assegurar a coerência entre as diretrizes nacionais e a realidade de cada território.

A inclusão dos Planos de SAN nas normativas do SISAN promove um alinhamento estratégico entre diferentes políticas públicas setoriais que envolvem a garantia do Direito Humano à Alimentação e portanto a abordagem intersetorial da segurança alimentar. Além disso, esses planos devem estabelecer indicadores claros para monitorar e avaliar a execução das ações, permitindo que gestores e conselhos acompanhem o progresso das metas e realizem ajustes necessários de maneira responsiva.

O LUPPA destaca que os Planos de SAN também precisam estar integrados à gestão orçamentária e aos Fundos de Segurança Alimentar, promovendo uma gestão financeira eficiente e transparente. Assim, o planejamento estratégico se torna um instrumento não apenas de orientação, mas de articulação entre as diferentes instâncias do sistema, garantindo que as ações previstas sejam executadas com responsabilidade e legitimidade democrática. Com a plena integração dos planos ao SISAN, cada território poderá implementar soluções adaptadas às suas necessidades, contribuindo para a construção de um sistema mais eficiente, inclusivo e sustentável.

O LUPPA é uma plataforma colaborativa para facilitar a construção de políticas alimentares municipais integradas, participativas e com abordagem sistêmica. Um laboratório de políticas públicas responde à necessidade de ampliar o número de cidades brasileiras que elaboram políticas estratégicas e plurianuais para a alimentação. Responde também à necessidade de se ampliarem as fontes de dados e informações sobre os sistemas alimentares locais.

realização



correalização

